o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

CONSIDERANDO que as Comissões Intergestores são instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS bem como referências para as transferências de recursos entre os entes federativos;

CONSIDERANDO a Lei federal nº 8.080, de 19/09/1990, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 1.600, de 07/07/2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 2.395, de 11/10/2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o processo de habilitação do HOSPITAL GERAL DE PARAUPEBAS MANOEL EVALDO BENEVIDES ALVES, CNES 2615746, CNPJ 22.980.999/0001-15, por sua condição de estabelecimento hospitalar estratégico para Rede de Atenção às Urgências da Região de Saúde de Carajás e por atender todas as exigências e critérios para definição da PORTA DE ENTRADA HOSPITALAR DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS, conforme disposto na Portaria MS nº 2.395, de 11/10/2011, fazendo assim, jus usufruir às vantagens financeiras decorrentes desta habilitação;

1º - O processo de readequação física (reforma e/ou ampliação) do HOSPITAL GERAL DE PARAUPEBAS MANOEL EVALDO BENEVIDES ALVES de modo a adequar o acesso ao atendimento de urgência e emergência, ao protocolo técnico padrão, que se espera de um estabelecimento hospitalar selecionado como Porta de Entrada Hospitalar de Urgência, devendo a Secretaria Municipal de Saúde de Parauapebas apresentar, ao Ministério da Saúde, projeto para readequação física e tecnológica deste ambiente hospitalar, no valor de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), conforme disposto no artigo 7º § 1º e § 2º da Portaria GM/MS de 11/10/2011;

2º - A alteração do Plano de Atenção às Urgências do Estado do Pará, no sentido de incluir o HOSPITAL GERAL DE PARAUPEBAS MANOEL EVALDO BENEVIDES ALVES, como Porta de Entrada Hospitalar de Urgência e Emergência da Região de Saúde de Carajás, assim como, contabilizar o número de leitos de retaguarda a serem qualificados e o número de leitos novos do referido estabelecimento hospitalar;

Art. 2º - Fica aprovada a indicação do Hospital Geral de Parauapebas Manoel Evaldo Benevides Alves como integrante do componente Porta de Entrada Hospitalar de Atenção às Urgências.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO PEREIRA BARROSO
Presidente da CIR

MARCONE WALVENARQUE NUNES LEITE
Secretário Municipal de Saúde de Marabá
Protocolo: 150703

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
11º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-CIR CARAJÁS
RESOLUÇÃO CIR CARAJÁS Nº. 006 DE 27 DE JANEIRO DE 2017**

A Comissão Intergestores Regionais – CIR Carajás, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a lei 12.466, de 24 de agosto de 2011 que acrescenta os arts. 14-A e 14-B à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

CONSIDERANDO que as Comissões Intergestores são instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS bem como referências para as transferências de recursos entre os entes federativos;

CONSIDERANDO o Decreto Presidencial nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 793, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 835, de 25 de abril de 2012, que institui incentivos financeiros de investimento e de custeio para o componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO o disposto nos Instrutivos de Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual e Visual (CER e serviços habilitados em uma única modalidade), publicados em 10 de abril de 2013, referentes às Portarias GM/MS nº 793, de 24 de abril de 2012 e Portaria GM/MS nº 835, de 25 de abril de 2012;

CONSIDERANDO a Portaria SAS/MS nº 3.010, de 10 de dezembro de 2013, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios;

CONSIDERANDO que este pleito já consta no Plano Estadual da Pessoa com Deficiência 2016-2019, aprovado pela Resolução CIB nº 145 de 17 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO o Plano de Ação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Estado do Pará contempla a instalação de um Centro Especializado em Reabilitação da Região de Saúde Carajás, tipo III, no município de Parauapebas;

CONSIDERANDO a Resolução nº 015/2017 de 25 de Janeiro de 2017 do Conselho Municipal de Saúde Parauapebas;

CONSIDERANDO o consensuado na 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de janeiro de 2017 na Cidade de Marabá/Pará.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o processo de habilitação de um Centro Especializado em Reabilitação, tipo II, nas áreas de Reabilitação Física e Intelectual para a Região de Saúde Carajás, no município de Parauapebas/PA, junto à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

Art. 2º - Aprovar o processo de habilitação de um CER II, como parte integrante da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência na Região Sudeste do Estado do Pará, conforme a seguir especificado:

Nome fantasia / Razão Social / Município	CNES	REFERÊNCIA DE REABILITAÇÃO	CUSTEIO MÊS (R\$)	CUSTEIO ANO (R\$)
CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO, TIPO II	3860035	FÍSICA E INTELECTUAL	140.000,00	1.680.000,00

Art. 3º - Aprovar o custeio anual de R\$ 1.680.000,00 (Um milhão seiscentos e oitenta mil reais) financeiro gerado por esta habilitação, o qual correrá por conta de orçamento do Ministério da Saúde, através de recursos que serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Município de Parauapebas.

Art. 4º - Aprovar o CER II (Física e Intelectual) com abrangência para Região de Saúde Carajás, em especial, para o próprio município de Parauapebas, e municípios do seu entorno: Canaã dos Carajás, Curionópolis e Eldorado dos Carajás;

Art. 5º - Aprovar a adequação Plano de Ação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Estado do Pará, no sentido de alterar a tipologia do CER III no município de Parauapebas para CER II, referência para atendimento da pessoa com deficiência Física e Intelectual na Região de Saúde Carajás.

Art. 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO PEREIRA BARROSO
Presidente da CIR

MARCONE WALVENARQUE NUNES LEITE
Secretário Municipal de Saúde de Marabá

**Protocolo: 150694
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
11º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-CIR CARAJÁS
RESOLUÇÃO CIR CARAJÁS Nº. 010 DE 27 DE JANEIRO DE 2017.**

A Comissão Intergestores Regionais – CIR Carajás, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a lei 12.466, de 24 de agosto de 2011 que acrescenta os arts. 14-A e 14-B à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

CONSIDERANDO que as Comissões Intergestores são instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS bem como referências para as transferências de recursos entre os entes federativos;

CONSIDERANDO a necessidade de que o SUS ofereça uma rede de serviços de saúde mental integrada, articulada e efetiva nos diferentes pontos de atenção para atender as pessoas com demandas decorrentes de Transtornos Mentais do Consumo de

Álcool, Crack e Outras Drogas;

CONSIDERANDO a portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 349, de 29 de fevereiro de 2012, que altera e acresce dispositivos à Portaria nº 148, de 31 de janeiro de 2012, que define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de referência para atenção a pessoas com Transtorno Mental e com necessidades de saúde decorrentes do Uso de Álcool, Crack e Outras Drogas, do Componente Hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial, e institui incentivos financeiros de investimento e de custeio;

CONSIDERANDO o Plano de Ação Estadual da Rede de Atenção Psicossocial aprovado pela resolução n. 259, de 16 de dezembro de 2013 – CIR;

CONSIDERANDO o consensuado na 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de janeiro de 2017 na Cidade de Marabá/Pará.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o processo de habilitação de 05 (cinco) novos leitos Psicossocial no HOSPITAL GERAL DE PARAUPEBAS MANOEL EVALDO BENEVIDES ALVES, inscrito no CNPJ Nº. 22.980.999/0001-15, CNES Nº. 2615746, para uso da Rede de Atenção Psicossocial da Região de Saúde Carajás.

Nome fantasia / Razão Social / Município	CNES	CNPJ	Número de Leitos	Custo Mensal	Custo Anual
Hospital Geral de Parauapebas Manoel Evaldo Benevides Alves	2615746	22.980.999/0001-15	05	R\$ 28.050,55	R\$ 336.606,60

Art. 2º - Fica aprovada a habilitação de 05 (cinco) novos leitos de enfermagem destinados a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas do Hospital Geral de Parauapebas Manoel Evaldo Benevides Alves

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO PEREIRA BARROSO
Presidente da CIR

MARCONE WALVENARQUE NUNES LEITE
Secretário Municipal de Saúde de Marabá
Protocolo: 150698

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
11º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-CIR CARAJÁS
RESOLUÇÃO CIR CARAJÁS Nº. 014 DE 27 DE JANEIRO DE 2017.**

A Comissão Intergestores Regionais – CIR Carajás, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a lei 12.466, de 24 de agosto de 2011 que acrescenta os arts. 14-A e 14-B à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

CONSIDERANDO que as Comissões Intergestores são instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS bem como referências para as transferências de recursos entre os entes federativos;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS Nº. 1.459, de 24 de junho de 2011, que institui a Rede Cegonha no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), alterada pela Portaria GM/MS Nº. 2.351, de 5 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO a Portaria SAS/MS Nº. 650, de 5 de outubro de 2011, que dispõe sobre os Planos de Ação Regional e Municipal da Rede Cegonha, e sobre o repasse dos recursos, o monitoramento e a avaliação da implementação da Rede Cegonha;

CONSIDERANDO a Resolução Nº. 134, de 18 de agosto de 2011 da CIB/PA que aprova a adesão do Estado do Pará junto à Rede Cegonha;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que institui as Redes de Atenção à Saúde (RAS);

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui a Rede Cegonha no âmbito do SUS.

CONSIDERANDO a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de